



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10254 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: IMPLICAÇÕES DA BNCC PARA UMA FORMAÇÃO MERCADOLÓGICA

Judinete do Socorro Alves de Souza - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Arthane Menezes Figueirêdo - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Bianca Nascimento dos Santos - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: IMPLICAÇÕES DA BNCC PARA UMA FORMAÇÃO MERCADOLÓGICA

RESUMO

O estudo discute a concepção mercadológica que subjaz a formação dos sujeitos por intermédio da Base Nacional Comum Curricular e seus princípios pedagógicos baseados na Pedagogia das Competências. Trata-se de uma pesquisa documental desenvolvida numa abordagem qualitativa, que se relaciona a dissertações desenvolvidas no âmbito do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amapá, vinculadas ao Núcleo de Estudos em Currículos e Processos Formativos de Professores e Professoras nas Amazônias (NUCFOR) e ao Programa de Cooperação Acadêmica da Amazônia (PROCAD/AMAZÔNIA), o qual envolve três programas de Pós-Graduação da região Norte: UNIFAP/UFPA e UERR. Tendo em vista as influências mercadológicas na BNCC que se materializam com a Pedagogia das Competências, destacamos que a formação dos alunos da Educação Básica tem por objetivo a padronização de conhecimentos e a consolidação de nichos de negócios de empresas e, dessa forma, obscurece o princípio da educação como um direito social e subjetivo, redirecionando a perspectiva da educação como direito, como serviço público, para as regras de livre mercado.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. Pedagogia das Competências. Educação como mercadoria.

A década de 1990 foi marcada pelas reformas educacionais que impulsionaram a formação de um novo tipo de trabalhador. Nesse contexto novas exigências surgiram em forma de reformas, tidas como necessárias porque, em meio a muitas transformações, principalmente, a econômica, é preciso formar um novo sujeito social, capaz de atender as demandas econômicas: um trabalhador flexível, polivalente (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007). As competências passam a representar um caminho para a formação de sujeitos que suportem a velocidade das mudanças no mundo do trabalho e social, tendo como propósitos a formação de um trabalhador conformado e adaptável às transformações do

mercado de trabalho, de forma que:

o surgimento do modelo de competência tem relação direta com as transformações produtivas que são impulsionadas pela necessidade de novas estratégias competitivas, incluindo a inovação em tecnologia, a gestão de recursos humanos e a mudança de perspectivas dos atores sociais de produção (RAMOS, 2001, p. 174).

A Pedagogia das competências acompanha as mudanças no mundo produtivo, e, portanto, agrega o ideário mercantil, que não só coloca os indivíduos em constante corrida desenfreada por mais competências e habilidades, como abre as portas da Educação Básica para a comercialização de produtos diversos.

Na sociedade capitalista, “a educação do trabalhador no projeto burguês, é submissa à necessidade do capital de reproduzir a força de trabalho como mercadoria” (RAMOS, 2001, p. 31). Imbricada nesse processo está a Teoria do Capital Humano desenvolvida por Schultz (1973), cuja centralidade está na importância da educação como investimento, a qual defende uma relação direta entre o aumento da qualificação profissional e a diminuição da pobreza.

Na ótica do Capital Humano, o homem é visto como “capital”, de forma que, por meio do aperfeiçoamento e da qualificação advindos do investimento em educação, os trabalhadores aumentariam a produtividade e os lucros dos capitalistas. Quando considera a contribuição da educação nesse processo, Schultz (1973, p. 25) afirma que “é um investimento no Capital Humano, sob forma de habilidades adquiridas nas escolas” como forma de “aperfeiçoar pessoas moral e mentalmente [...], prepará-las para uma profissão, por meio de instrução sistemática; e exercitar, disciplinar e formar habilidades [...]” (SCHULTZ, 1973, p. 18).

Para a Teoria do Capital Humano, a educação é determinante na renda dos trabalhadores, uma vez que se ampliam as habilidades e, conseqüentemente, a produtividade. Frigotto (2010) ressalta que a melhoria na renda e a ascensão de classe não se concretizam na sociedade capitalista, pois cada vez mais os empregos exigem mais conhecimentos e habilidades, levando os sujeitos a estarem em um processo de aprendizado contínuo e, assim, a educação transforma-se em um produto negociável que responsabiliza o trabalhador pelo seu sucesso ou fracasso.

Com a Teoria do Capital Humano rejuvenescida pela Pedagogia das Competências e pela empregabilidade, há um mascaramento da exploração do trabalhador, do desemprego estrutural, da precarização do trabalho e do agravamento da desigualdade, mantendo os interesses de classes (FRIGOTTO, 2010).

Milanchen e Santos (2020) ressaltam que as reformas educacionais brasileiras foram orientadas pelos Organismos Multilaterais (OI) como o Banco Mundial (BM) e a UNESCO. Nesse contexto, o currículo nacional denominado de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi “elaborada e instituída a partir dos interesses de Instituições financeiras e empresas **Itaú [Unibanco], Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras além de Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC, Todos pela Educação, Amigos da Escola [...]**” (MACEDO, 2014, p. 1540 – grifos nossos).

A presença maciça do empresariado na elaboração da BNCC corrobora para a manutenção da hegemonia do capital através de seus agentes privados, onde a educação se desloca da condição de direito, de bem social público para a condição de mercadoria. De acordo com Hipólyto (2019) trata-se de um modelo de gerencialismo implementado por meio de:

[...] parcerias público-privadas, com a terceirização da produção de materiais didáticos e venda de sistemas apostilados, com a inclusão de sistemas de gestão educacional, na forma de aplicativos ou plataformas digitais, que monitoram todo o sistema administrativo e pedagógico, retira das escolas e do professorado o controle sobre o que deve ser ensinado e como deve ser ensinado (HIPÓLYTO, 2019, p. 194-195).

A presença do empresariado na educação acaba desobrigando o Estado de garantir educação com qualidade para todos e o “controle ideológico do sistema educacional pelas corporações empresariais para colocá-lo a serviço de interesses de mercado” (FREITAS, 2012, p. 387), não somente produz o trabalhador que está sendo esperado nas portas das empresas, mas revoluciona a economia desde o material que limpa o chão da escola até material didático, *softwares*, plataformas, Ensino a Distância, Planos de aulas entre outros. De fato, como nos lembram Marx e Engels (1999, p. 43), a burguesia não existe sem revolucionar os instrumentos de produção [...] e todas as relações sociais”.

Segundo Catini (2019) não é por acaso que vivemos o auge dos investimentos na formação de diretores e professores (gestores), nas terceirizações da gestão e em meios tecnológicos, que aparecem sob a forma de softwares de controle do trabalho, digitalização e *gamificação* de conteúdo escolares. A BNCC prescreve em minúcias as competências e habilidades que devem ser adquiridas com cada conteúdo escolar, que facilmente poderia ser veiculada por um aplicativo, transformando o professor num apêndice das máquinas, pois, de acordo com o documento:

[...] as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de **competências**. Por meio da indicação clara de **que os alunos devem “saber”** (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, **sobretudo, do que devem “saber fazer”** [...] a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas pela BNCC (BRASIL, 2017, p. 13 – grifos nossos).

Assim, o trabalho docente é controlado e massificado, reduzido aos aspectos da racionalidade instrumental do saber fazer, o que distancia de seu fim e de qualquer perspectiva de autonomia, onde a formação se dá em consonância com a realidade de cada comunidade escolar, valorizando seus contextos, culturas e expectativas de vida. Dessa forma, percebemos que “a organização pedagógica com base em competências reduz e simplifica processos de aprendizagem para torná-los mensuráveis, [...] universaliza expectativas de aprendizagem que são indiferentes à cultura e às suas demandas práticas” (FELIPE, 2020, p. 94).

O conceito de competência presente na BNCC se assemelha à concepção definida por Perrenoud (1993) como faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos para solucionar problemas e, no documento expressa que “[..], competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos, procedimentos), habilidades [...], atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2017, p. 8).

Para Castro, “[...] o termo competência [presente na BNCC] assume o mesmo significado da noção utilizada no mundo da indústria e das empresas e está associado às exigências dos organismos multilaterais que defendem uma formação profissional mais flexível e polivalente” (CASTRO, 2008, p. 86). Tal perspectiva, se volta especialmente à produção de materiais didáticos e pacotes formativos com fins lucrativos (AVELAR, 2019) e, nesse contexto, algumas organizações têm se interessado cada vez mais pela educação por seu potencial de lucro, por meio dos chamados “*edubusines*”, ou “*edunegócios*”.

Além das fronteiras entre os setores públicos e privados, para Avelar (2019) também alerta para as fronteiras entre os países, que vão se tornando mais poderosas com grupos

privados, que com e sem fins lucrativos agora operam em redes globais, que conectam governos, organizações filantrópicas e empresas em diversos países. Nesse sentido, Mészáros (2008) alertava que, quanto mais se desenvolve a sociedade capitalista, mais unilateralmente centrada na produção de riqueza é legitimada como um fim em si mesma e na exploração das instituições educacionais em todos os níveis.

Segundo Apple (2003) devemos considerar que, para muitas pessoas, políticos, grandes gestores de empresas, a educação é um negócio e não deve ser tratada de outra forma diferente de nenhum outro negócio. Avelar (2019) ressalta que empresários e filantropos, apesar de argumentarem que estão trabalhando para a melhoria da educação e para o bem público, não foram eleitos por ninguém, portanto, suas demandas e objetivos e métodos políticos não passam por aprovações públicas e não podem ser controladas pela sociedade.

Verificamos assim, a educação como uma mercadoria vendável, o trabalho docente massificado e desqualificado, reduzido aos aspectos da racionalidade instrumental do saber fazer, o que distância de seu fim. Os produtos educacionais, o saber fazer da BNCC fundamentado na pedagogia das competências limitam a interação com a realidade e corroboram com o lucro para a classe empresarial.

A atuação dos empreendedores educacionais no âmbito educacional e os pressupostos pedagógicos embutidos na BNCC fazem da Educação Básica nicho estratégico de negócios que fragilizam uma educação pautada na formação humana desvinculada de interesses hegemônicos. Nesse sentido, a BNCC foi forjada de maneira a solidificar o plano obscuro e da lógica do mercado, enaltecendo uma formação que nega a educação como um direito social e subjetivo, como serviço público gratuito e de qualidade social.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educando à direita**: Mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Versão final. Brasília: MEC, 2017.

AVELAR, Marina. Contra barbárie, o direito à educação. *In*: CÁSSIO, Fernando. (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Mudanças no Mundo do Trabalho: impactos na política de formação de professores. **Trabalho e Educação**. v. 17, n. 1. Jan./abr. 2008.

CATINI, Carolina. Contra barbárie, o direito à educação. *In* CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

FELIPE, Eliana da Silva. Do SAEB à BNCC: padronizar para avaliar. *In*: UCHOA, Antonio Marcos da Conceição Uchoa; LIMA, Átila de Menezes; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza. (Orgs.) **Diálogos críticos**: reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública? v. 2, Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do Magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um re(exame) das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez, 2010.

HIPÓLYTO, Álvaro Moreira. BNCC, Agenda Global e Formação docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.13, n. 25, p. 187-201, jan./mai. 2019.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **E-Curriculum**, vol. 12, n. 3, outubro-diciembre, 2014. pp. 1530-1555.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1999.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MILANCHEN, Julia; SANTOS, Silvia Alves dos Santos. Políticas e reformas curriculares: perspectivas de currículo a partir da Pedagogia Histórico-Crítica versus a Base Nacional Comum Curricular e a Pedagogia das Competências. **HISTEDBR On-line**. Campinas, v. 20, p. 1-20, 2020.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**: perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das Competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano**: investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SHIROMA, Eneida O.; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.